

# O que Alfonsín quer ganhar na reunião de Mar del Plata

12 SET 1984

União  
Set

O acordo entre o FMI e o governo argentino é questão de horas. Isso, pelo menos era o que diziam ontem fontes oficiais da Argentina, enquanto o próprio ministro da Economia, Bernardo Grinspun, expressava seu otimismo quanto às possibilidades de se chegar a um rápido acordo com o Fundo.

A intenção do governo argentino é concluir as negociações com o FMI antes do início da reunião de Mar del Plata do "Consenso de Cartagena", marcado para amanhã. Entretanto, a nível de comissões técnicas, o encontro começou já na segunda-feira. Uma das propostas que está sendo analisada é a de convocar-se os países credores para uma reunião Norte-Sul interamericana, para discutir conjuntamente o endividamento regional.

No ministério da Economia argentino se considerava ontem que as delegações do México e do Brasil serão as mais indiferentes a este propósito. (um erro de avaliação como se vê na matéria ao lado) Essa convocação interessa especificamente à Argentina e à Venezuela e é o método escolhido pelo presidente Raul Alfonsín para politizar o problema do endividamento.

A delegação técnica venezuelana, por sua vez, propõe que os 11 países participantes adotem uma estratégia comum diante da reunião anual do FMI e do Banco Mundial, que começa no dia 24, em Washington.

A imprensa argentina atribui ao México e ao Brasil posições "elitistas" no sentido de que os dois

países desejariam restringir o chamado "Acordo de Cartagena" aos grandes devedores — um insólito clube em que para se ingressar é preciso ser um devedor catastrófico. Essa versão, porém, é contestada pelos acusados.

De qualquer forma, a reunião de Mar del Plata vai iniciar-se de forma menos emocional que a de Cartagena. Entre os argentinos, porém, a questão da dívida externa está-se tornando cada vez mais política, principalmente com a chegada de Henry Kissinger ao país e a descoberta de documentos comprometedores para os bancos suíços.

Enquanto Kissinger, em uma posição interessante, defende o tratamento político da dívida externa, a opinião pública argentina mostra-se revoltada com os fatos descritos em documentos encontrados no escritório do ex-ministro da Coordenação Econômica Walter Klein. Nesses documentos (dois telex) o gerente-geral da União de Bancos Suíços se dirigia, em 1976, ao diretor do Banco Central argentino com o duplo objetivo de informar-lhe que estava preparado um crédito de US\$ 30 milhões e, simultaneamente, "expressar a esperança de que o problema da Companhia Ítalo-Argentina de Eletricidade, que afeta numerosos acionista suíços e clientes de nosso banco, seja resolvido num futuro não muito distante, à satisfação das partes interessadas".

**Hugo Martinez,**  
correspondente em  
Buenos Aires.